Jornal Movimento: um espaço de rearticulação das esquerdas na transição política brasileira

Movimento Newspaper: an environment for the rearrangement of the left-wings during
the brazilian political transition

Natalia Cabau Seves¹

RESUMO

O artigo presente é fruto de análise documental de edições do jornal *Movimento* (1975-1981). A discussão aqui proposta busca retratar a estrutura e dinâmica desta frente-jornalística e também sua inserção na resistência e luta contra o regime militar no Brasil. Pensamos este semanário como um espaço de articulação de várias organizações da esquerda brasileira. Considerando as notas de Antonio Gramsci sobre jornalismo, operamos segundo o entendimento deste jornal como “partido”, que trazia para a legalidade a luta daquelas organizações de esquerda ainda jogadas na clandestinidade pelo regime.

Palavras-chave: Ditadura militar; Jornal *Movimento*; Partido.

ABSTRACT

This article is the result of documentary analysis from the *Movimento's* editions (1975-1981). The discussion proposed here seeks to portray the structure and dynamics of this newspaper and also their integration into resistance and struggle against the military regime in Brazil. We think this weekly newspaper as a joint space of several organizations in Brazilian left. Considering the Antonio Gramsci's notes on journalism, we operate according to the understanding of this newspaper as a "party," which brought the fight of those left organizations to the legality.

Keywords: Military dictatorship; *Movimento newspaper*; *Party*.

Introdução

Movimento foi um jornal que circulou entre os anos de 1975-81, tendo publicado 334 edições durante aqueles anos, com periodicidade semanal. Cada uma destas edições possui cerca de 20 a 30 páginas nas quais estão dispostos muitos artigos, geralmente densos – característica conhecida deste jornal.

A experiência jornalística em questão foi possibilitada financeiramente pela criação da *Edições S.A.*, sociedade anônima que permitiu a captação de recursos para o jornal através da venda de ações para jornalistas, pequenos e médios empresários,

¹ Mestre em Ciências Sociais (UEL). Graduada em Comunicação Social (UEL); Especialista em Comunicação Popular e Comunitária (UEL), e, atualmente, graduanda em Ciências Sociais (UEL).

estudantes, militantes em geral. Assim, *Movimento* conseguiu sua independência e se tornou, então, um jornal sem patrão, ou ainda, o *jornal dos jornalistas*, como era apresentado em suas páginas.

Havia também em *Movimento* a venda em bancas, a venda militante e um espaço reservado para anunciantes – geralmente editoras, rádios, companhias de teatro e outros jornais e revistas alternativos da época – mas nunca foram meios muito rentáveis para o jornal, que passou por várias crises financeiras nos seus aproximados seis anos e meio de duração.

Tais crises refletiram em algumas mudanças estéticas e de conteúdo do *jornal dos jornalistas*: Suas capas eram coloridas (geralmente duas cores), mas depois de uma reformulação geral passaram a sair em preto e branco. Junto dessa reformulação das capas, em outubro de 1978, o jornal organizou mudanças nas seções e diagramações nas edições modificando e acertando o posicionamento dos textos e títulos, aumentando as fontes, diminuindo textos, o que, apesar de torná-lo menos autêntico, fez com que suas publicações ficassem mais inteligíveis e ordenadas.

O jornal publicou, desde seus primeiros anos, um suplemento chamado *Assuntos*, produzido por e para os movimentos sociais e populares da época. Porém, em agosto de 1977, fora substituído pela edição brasileira do *Le Monde*.

Suas editorias e seus conselhos eram encabeçados por intelectuais conhecidos da época, como Chico Buarque de Hollanda, José Miguel Wisnik, Maria Rita Kehl, Chico de Oliveira, Alencar Furtado, Raimundo Pereira, Bernardo Kucinski, dentre outras personalidades.

Nosso objetivo maior neste artigo tratou de compreender o jornal *Movimento* como expressão da imprensa alternativa de esquerda durante o período histórico da transição política brasileira. Dois caminhos nos auxiliaram na busca deste objetivo: i) conhecer a estrutura organizativa e a forma de funcionamento deste jornal; e ii) investigar seus temas mais relevantes. A partir da análise documental foi possível averiguar, em certa medida, o posicionamento político-ideológico do jornal *Movimento*.

O jornal fora composto como uma frente democrática e popular, mas tinha como seus principais intelectuais uma parcela da classe média, que, no momento de crise política da Ditadura Militar buscou apoio tanto das massas populares quanto de parlamentares – principalmente os que compunham o chamado grupo autêntico do

MDB – e de alguns poucos empresários ligados a setores médios da burguesia brasileira.

A década de 1970, no Brasil, foi marcada tanto pelo recrudescimento do regime militar – com o Ato Institucional Número Cinco (AI-5), muitas perseguições, desaparecimentos, torturas e assassinatos – quanto pelo começo do plano de abertura política pronunciado por Ernesto Geisel, o então general-presidente, no ano de 1974.

A proposta era promover uma distensão política “lenta, gradual e segura”, e a lentidão marcou mesmo o processo que devolveria ao Brasil a democracia representativa. Do golpe ao processo de abertura se passaram dez anos, e a faixa de transição dada pela abertura só teria fim com a promulgação da nova Constituição, em 1988. Esse fato faz com que erradamente vários indivíduos pensem o regime militar que aqui procedeu como uma espécie de “ditabranda”².

Esse falso julgamento se faz com muitos limites, quando estas mudanças promovidas pelos próprios militares são observadas, apenas formalmente. Confunde-se, portanto, o que se deu no âmbito das leis e dos direitos (ou da exceção), com o que se passou no âmbito do real.

Na verdade o simples pronunciamento da distensão política não marca seu começo, de fato. O que facilmente comprova o caráter puramente formal desta política de abertura é a permanência do AI-5, que fora decretado em 1968, e cuja duração prevista teria sido de dez anos. Assim, em outubro de 1978, este decreto não é renovado, mas o AI-5 deixaria de existir apenas no ano seguinte.

Não só houve a continuidade do AI-5, depois de 1974, mas também as muitas organizações e operações que se formaram em resposta ao processo de abertura, lideradas por oficiais militares de linha dura e também com a participação de alguns setores da sociedade civil, que, mesmo fora dos órgãos como o DOI-CODI ou o II Exército e tomando os fundos de delegacias de polícia, dentre outros esconderijos, continuaram a perseguir, torturar e assassinar muitas pessoas.

A censura prévia, como outro exemplo, só teria fim em junho de 1978. O bipartidarismo oficial acabaria somente em novembro de 1979. Estes são marcos

² Veja a reportagem da Folha de São Paulo que classificou falsamente a ditadura militar como uma “ditabranda” em: *Limites a Chávez*. (2009) Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

cronológicos que apenas contribuem para que possamos acompanhar a própria gradualidade proposta pelo regime na transição política. Porém, nosso intuito aqui, na presente dissertação, está em chamar atenção para o outro lado da história. A distensão política e a seguinte “redemocratização” do Brasil não foram apenas dádivas dos militares ou dos parlamentares.

Tentamos nos ocupar de um olhar, em nosso trabalho, que recai sobre as lutas e organizações populares e de esquerda, já que, com uma atuação quase sempre sufocada pelo regime militar fizeram a resistência e, principalmente num cenário mais favorável com o fim do AI-5, organizaram-se a partir de novas formas de mediação – historicamente necessárias –, dentre estas, as frentes-jornalísticas: tendo em vista o desmantelamento das organizações da luta armada e, particularmente, a impossibilidade de organização das esquerdas em partidos políticos legais.

Nosso foco, portanto, está em abordar este período tão controverso da transição política, a partir do ponto de vista daqueles que se opunham ao regime militar e, mais importante, se organizavam na tentativa de combatê-lo.

Existe um leque grande de organizações que atuaram nesse sentido e que poderíamos estudar aqui, mas, enxergamos nas experiências da imprensa alternativa de esquerda, e, principalmente, nas frentes-jornalísticas singulares modelos de ação política daquela conjuntura, um campo fértil para nossa investigação.

As frentes-jornalísticas apenas são possibilitadas historicamente naquele período de crise política no Brasil, período representado pela distensão que ganhava peso também com a crise econômica do modelo do “milagre”. Em dado momento, pela impossibilidade de partidos centralizados de esquerda atuarem, as frentes-jornalísticas tornaram-se uma alternativa para esta atuação.

Com relação ao seu surgimento, pelo menos dois aspectos podem ser observados: primeiro, elas surgem como necessidades das esquerdas já desmanteladas e desarticuladas pelo regime, que precisavam de um espaço democrático e legal para dar continuidade à sua militância; e, segundo, como possibilidade de rearticulação destas diferentes correntes e organizações da esquerda brasileira, principalmente as que saíam, neste período, da luta armada.

Tais frentes podem ser vistas, portanto, como momento de reaproximação das esquerdas, que, providas de um meio de organização e de luta como os jornais

alternativos participavam e construíam, em conjunto, um novo fazer-jornalístico. Baseados na ideia de uma democracia interna, provida de grandes discussões e deliberações em conjunto, as esquerdas que se encontravam nessas frentes-jornalísticas comporiam um quadro diferenciado no universo da imprensa alternativa.

Os jornais-frente cumpriram, portanto, uma função “extra-jornalística”: a organização. Organização para a luta, para a resistência e, particularmente, organizar o combate à ditadura militar – que falsamente parecia caminhar para o fim.

Dentre as experiências citadas, a que mais nos chamou atenção fora o jornal *Movimento*. Foi grandiosa a atuação deste jornal. Autores que discutem a imprensa alternativa brasileira na transição política, como Regina Festa (1986), Flávio Aguiar *et all* (2012) e Bernardo Kucinski (2001), afirmam ser o jornal *Movimento* uma das maiores experiências jornalísticas da época, não só se comparado às atividades editoriais de cunho alternativo, mas também aos jornais e revistas da “grande” imprensa.

Tendo uma periodicidade espantosa para o quadro dos alternativos, *Movimento* pressupunha uma rede de sucursais em vários cantos do mapa brasileiro, muitos colaboradores, muitos acionistas, vários correspondentes internacionais e uma equipe invejável nas editorias e na sua redação. Em seu interior o jornal promovia, além da junção de vastas correntes das esquerdas, uma reunião entre intelectuais, estudantes, lideranças advindas dos movimentos sociais e populares e outros atores da luta pela redemocratização no Brasil.

Ainda assim, a produção *strictu sensu* a respeito das frentes-jornalísticas e, especificamente, sobre o jornal *Movimento* é pequena. Após uma busca por todas as bases de dados dos principais programas de pós-graduação do país e, também da Capes, foram encontradas apenas três dissertações e três teses que abordavam o tema, sendo esses três trabalhos pertencentes à área de história. Nenhuma pesquisa nas áreas que compõem as Ciências Sociais foi realizada com dado jornal até o presente momento.

A leitura das pesquisas sobre o jornal alertou para muitos conteúdos a serem analisados, sendo que, um deles chamou a atenção em particular: a separação entre prática política do jornal e suas técnicas-jornalísticas. A passagem a seguir, retirada da tese *Imprensa Revolucionária dos Anos Oitenta: os intelectuais e suas formulações sobre a revolução brasileira*, de Rodrigo Dias (2011), ilustra bem o que tentamos

explicar: “trata-se fundamentalmente de um trabalho que pensa o ofício do jornalista, procurando dar-lhe uma certa autonomia e, sobretudo, diferenciando o fazer jornalístico do ativismo político por si só.” (DIAS, 2011, p.40).

O autor da tese está, no trecho citado, concordando com a ideia de Bernardo Kucinski (2001), apresentada em *Jornalistas e Revolucionários*, que tende a separar as esferas da política e do jornalismo. Por ser uma das únicas e principais referências sobre os jornais do período, a obra de Kucinski é tida como referência em todos os trabalhos sobre imprensa alternativa e também é leitura prevista em quase todas as grades curriculares dos cursos de Comunicação social.

Com certeza não estamos aqui discordando da importância da leitura da obra de Kucinski (2001), pois se trata de um levantamento enorme de documentos, jornais e revistas da época e que traz quase que uma história geral da imprensa alternativa brasileira durante a ditadura militar. Porém, a discordância vai de encontro às interpretações uníssonas que parecem comprar imediatamente as ideias de Kucinski como única fonte e forma de abordar o tema. Pensamos aqui que alguns aspectos da obra de Kucinski têm de ser debatidos, sem que se deixe de ressaltar a relevância de seus estudos sobre o tema.

A primeira questão que nos chamou a atenção foi justamente essa cisão entre fazer-jornalístico e prática política. O próprio jornal *Movimento* dera uma indicação acerca desta questão, na sua última edição, de novembro de 1981. Segundo o jornal: “*Movimento* morreu: seus inúmeros erros breve serão também enterrados. *Os objetivos pelos quais se bateu, seu programa político-editorial, as descobertas técnico-jornalísticas* que fez, estão vivas.” (MOVIMENTO. “Movimento morreu. Viva Movimento!”. *Movimento*, de 23 a 30 de novembro de 1981, p.3, *Grifos Nossos*).

Assim como *Movimento*, pensamos ser impossível separar técnica e política. Por isso mesmo, colocamos neste artigo o jornal em questão como um *intelectual coletivo* que se fez como tal justamente por não cindir estas duas instâncias: política e técnica; direção e especialização; são estas capacidades que estão reunidas no jornal que aqui analisamos.

Movimento: O jornal dos jornalistas e seu programa político-editorial

O número experimental, que se convencionou chamar “número zero”, além de uma peça de propaganda para atrair leitores e possíveis acionistas, lança mão de um *programa político* com objetivos esclarecidos em suas oito páginas. Sob o título “Nasce um jornal”, Raimundo Rodrigues Pereira conta a partir de sua trajetória pessoal como jornalista e, também, de outros tantos como se criou a ideia da formação de *Movimento*. Desde 1944 a forma do “jornal dos jornalistas” já havia sido colocada em prática pela experiência do *Le Monde*, na França.

Nesta edição preliminar de *Movimento*, reservam-se largas críticas aos jornais comerciais, ou ainda, jornais empresariais com patrão. A intenção era agora se livrar dos padrões e construir um jornal independente. A proposta superava não só a forma empresarial de se fazer jornalismo, mas também demonstrava uma perspectiva de expansão de seus próprios limites como jornal:

“[...] se acreditava que a tarefa do jornalista não é apenas a de descrever o mundo mas de ajudar a transformá-lo.” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4).

Esta referência direta a 11ª *Tese ad Feuerbach*, de Karl Marx, indica tão já uma intenção de se operar de forma ampla, ou melhor, de forma *integral*, pois para além da tarefa jornalística se propõe uma tarefa *extra-jornalística*. Aproxima-se, então, a experiência do jornal *Movimento* com a proposta de Antonio Gramsci de um tipo de jornalismo integral:

“Jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de certa categoria) de seu público, mais pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área.” (GRAMSCI, 2001, p.161).

A edição preliminar de *Movimento* traz não só uma concepção do fazer jornalismo como retrata a gênese deste jornal e a proposta de organização do mesmo. Sobre a origem do jornal, conta Raimundo R. Pereira:

“O fim da primeira equipe de *Realidade* se devia a um desses dilemas a que sistematicamente chega uma equipe que cria um jornal para uma empresa e que, com o passar do tempo, e com o sucesso da publicação, começa a acreditar que a publicação é dela, e não do dono. O resultado da crise é que a equipe saiu e o dono ficou. Em torno dessa equipe de *Realidade*, algum tempo depois se fundou a editora

Arte & Comunicação, em São Paulo.” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4).

Tal editora, a *Arte & Comunicação (A&C)*, trazia em suas publicações críticas à forma comercial de se fazer jornalismo, isso entusiasmou os ex-integrantes de *Realidade* que encabeçaram a nova tarefa de construir a *A&C*. O fator financeiro foi decisivo e a editora foi à falência em aproximadamente dois anos. Porém, a fórmula do *jornal dos jornalistas* se aprimorou durante essa experiência.

Havia mais de cem pessoas envolvidas nas publicações da *A&C*, como por exemplo, o *Bondinho* ou o *Jornalivro*. Vê-se, portanto, que apesar de ter nascido e morrido numa crise comercial, aglutina uma boa quantidade de pessoas que estavam mais interessadas em fazer jornalismo do que fazer dinheiro. Mas, como explica Raimundo Pereira:

“As grandes virtudes da *A&C* – seu caráter aberto, sua capacidade inconformados de todos os tipos, sua generosidade e sua inquietação criativa – foram, com tudo, os mesmos ingredientes de sua derrota comercial.” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4).

A vida no interior da editora ia muito bem, mas não se atentaram para o fato de que ser independente era diferente de não precisar de dinheiro. Ratifica Raimundo Pereira:

“[...] se curtia a vida interna da empresa mas ela estava metida no “mundo mau” das empresas, onde ou se tem lucro, ou se vai a falência – independentemente do valor da experiência interna.” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4).

Com o fim da *A&C*, em 1971, os editores e ex-editores que estavam no projeto de *Bondinho* passaram a pensar na proposta do chamado *Le Mondinho* (uma mistura do *Le Monde* francês com o *Bondinho* brasileiro) e desta iniciativa surge um boneco – um modelo gráfico – para uma publicação independente que seria então financiada pelos próprios editores: a *Assunto*, que nunca deixou de ser um boneco. Neste grupo estavam presentes Elifas Andreato, Dirceu Brisola, Antonio Carlos Ferreira (Tonico) e Raimundo Pereira, quatro futuros editores de *Movimento*.

Bernardo Kucinski que, como já apontado, também comporia o quadro de editores de *Movimento*, conheceu, em Londres, um industrial, Fernando Gasparian e soube da sua intenção de lançar um jornal no Brasil. Este jornal seria o *Opinião* que, por

intermédio de Kucinski, chegou até o grupo de *Assunto*. O grupo enxergou a possibilidade então de colocar as ideias de *Assunto* em prática.

Já cansados da forma convencional/comercial de jornalismo e tentando assegurar uma forma mais democrática para as tomadas de decisão dentro do jornal *Opinião*, os editores e redatores pressionavam Gasparian. Queriam que pelo menos 49 % das ações do jornal fossem da própria redação, garantindo assim um poder de voz para os trabalhadores do jornal junto do seu sócio majoritário, o próprio Gasparian.

O industrial insistiu na ideia de deter a propriedade jurídica do jornal, mas concordou que a propriedade intelectual deveria ser de todos que o compunha. A equipe que vinha do projeto de *Assunto* não achou suficiente essa forma de organização proposta por Gasparian. Mas, por não conseguir colocar em prática – principalmente por não conseguir capitalizar seu projeto anterior – acabou acatando e se dispondo a participar da experiência de *Opinião* até onde fosse possível:

“O propósito era o seguinte e fora decidido em reunião pelo grupo: fazer *Opinião* nas bases propostas, para formar uma equipe e adquirir experiência até onde fosse possível. Depois, se a experiência fosse interrompida – uma possibilidade que já se antevia pelo fato de a redação não ter nenhum mecanismo final de controle sobre o jornal – prosseguir com o projeto de ter uma empresa jornalística onde as pessoas que escrevessem, de fato ou de direito, ou seja, também juridicamente, tivessem poder de decisão para garantir a observação de suas ideias.” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4).

E como foi vaticinado, aconteceu. Devido a demissão de Raimundo Pereira do jornal *Opinião* o resto da redação se solidarizou com o editor e abandonou Gasparian. Argumentava que a decisão de despedir ou não um editor deveria ser decidida por todo o grupo e não só pelo proprietário do jornal. O momento era de crise no jornal e no Brasil, e, para aquela redação, “as práticas democráticas deveriam ser fortalecidas e não abandonadas”. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4). Desta saída em massa do jornal *Opinião* é que surge o jornal *dos jornalistas*, no Brasil, ou seja, nasce então o jornal *Movimento*.

A redação demorou pelo menos uma semana inteira para conseguir deixar de fato *Opinião* e começar a construir *Movimento*. Foi nomeada uma comissão que representava todas as tendências que comporiam um novo jornal que nascia não só do desgaste com Fernando Gasparian, mas também entre os próprios redatores. Como eram muitos – aproximadamente 60 pessoas – decidiram que seria impraticável reunir todos

para discutir e deliberar sobre os princípios do novo jornal. Foram então nomeadas 16 pessoas que comporiam a Comissão para primeiro resolver todas as divergências do passado e, depois, definir os próximos passos para *Movimento*:

“Primeiro, foram aprovadas a pacificação e a recomposição com o diretor de *Opinião*, que se dispôs a ajudar a fazer *Movimento*, como um de seus muitos acionistas e que foi convidado para fazer parte de nosso Conselho Editorial (posteriormente, ele desistiria do convite). Com isso ficava esclarecido que a posição da equipe diante do novo *Opinião* seria a de críticos interessados em que ele mantivesse as tradições e os princípios que tivera quando nós o fazíamos.” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p. 6).

Ainda complementa Raimundo Pereira sobre a questão financeira e da divisão jurídica da nova empresa, sem patrão: “Segundo, se decidiu por unanimidade que a empresa que faria *Movimento* deveria ter sua propriedade dividida entre as pessoas que o fizessem”. (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.6).

Além de questões de linguagem e conteúdo, foi discutida a orientação política do jornal, e, também, aprovado por unanimidade um programa mínimo a ser cumprido pelo jornal. No canto superior direito da página 5, ao lado das fotos das personalidades que compunham o Conselho Editorial provisório de *Movimento*, estavam colocados quais eram os objetivos do jornal, ou ainda, qual seu programa político.

“Apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana;
Descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira;
Acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas; pela melhoria da qualidade de vida da população; contra a exploração do país por interesses estrangeiros; pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo; pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade.” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.5).

Observa-se, neste sumário de intenções do jornal que o alinhamento político é de esquerda e prevalecem, neste sentido, a ideia da liberdade democrática, o anti-imperialismo, a valorização da cultura popular, melhoria da qualidade de vida e uma preocupação com a exploração dos recursos naturais do país que beneficie a todos. Não existe, além de um flerte, a menção de nenhuma proposta que discuta a formação de

uma nova sociedade – socialista ou comunista – e também não se vincula em parte alguma à ideia de revolução.

Se não estamos tratando da esquerda propriamente revolucionária, de qual esquerda, ou melhor, de quais esquerdas estamos tratando neste caso?

A própria conjuntura explica este aspecto: a formação das frentes-jornalísticas no período se dá em um momento de mudança, não só no regime ditatorial entrava na distensão política, mas também a própria esquerda repensava suas táticas e estratégias. Muitos foram os mortos, torturados e perseguidos políticos por conta da opção de enfrentamento do regime via luta armada nas guerrilhas urbanas. E, por se armarem, rapidamente os militares passaram a legitimar os atos mais violentos de repressão contra toda esquerda, não só a armada, se colocando como os defensores da ordem e contra os “terroristas”.

A esquerda se encontrava massacrada, desorganizada e desacreditada, era então necessário se renovar estrategicamente. Neste contexto se insere a formação das frentes-jornalísticas. Frentes, pois reúnem muitas vertentes e organizações políticas em um objetivo comum. O jornal *Movimento*, por isso, reunia organizações e intelectuais de toda parte da esquerda brasileira.

Membros de partidos como o PCdoB que vinham da luta armada; membros do partido de oposição no regime militar, o MDB – um setor específico conhecido por “os autênticos do MDB” –; intelectuais marxistas como Octavio Ianni, Nelson Werneck Sodré e Chico de Oliveira; estudantes; setores progressistas; e, importante mencionar, setores da burguesia, como o industrial Fernando Gasparian, o antigo patrão do jornal *Opinião*.

Quando se observa as páginas de *Movimento*, percebe-se a insistência do uso do termo *democrático-popular* para se referir àquela frente em específico. Por exemplo, na publicação do seu programa político-editorial na sua última edição: “Assim deve ser, em nossa opinião, **um jornal democrático-popular**, independente e pluralista.” (MOVIMENTO. Nosso Programa. *Movimento*, n.334, de 23 a 29 de novembro de 1981, p.24, **Grifos nossos**).

A concepção de democrático-popular há muito ronda as esquerdas brasileiras, não só aqui, mas as esquerdas em vários lugares do mundo. Trata-se de uma concepção que demarca a opção, principalmente, pela conciliação de classes com frações da

burguesia, a qual aderiam, dentre os grupos que compunham o jornal, especialmente, os membros advindos da Ação Popular Marxista-Leninista (APML), do PCdoB e do PCB.

Além do programa mínimo, a comissão também aprovou uma “lista de nomes para o Conselho Editorial, a quem se delegaria poderes de participar da escolha do editor de *Movimento*” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.6).

Tal conselho tinha por tarefa, como diz o próprio nome, debater a linha editorial do jornal. Para tanto, foram escolhidas, naquele momento, nove pessoas que compunham tal conselho, dentre estas: Fernando H. Cardoso, Chico Buarque de Hollanda, Alencar Furtado e Orlando Vilas Boas.

Em *Movimento*, a novidade quanto a propriedade do jornal se dava junto à configuração do Conselho de Redação (C.R). Segundo o jornal:

“Doze pessoas formam o primeiro Conselho de Redação de *Movimento*, que representará toda a sua redação e colaboradores. Provisoriamente, o Conselho de Redação ficara com 51% das ações de *Edição S/A*. Posteriormente, as redações serão redistribuídas na redação, de acordo com as formas que ainda estão sendo estudadas, passando o jornal a ser, efetivamente, propriedade dos que o fazem.” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.5).

O Conselho de Redação tem também a função de aconselhar o editor (escolhido em reunião entre o Conselho Editorial e o Conselho de Redação) e debater a linha editorial com o C.E., podendo aprová-la ou não. É importante lembrar que neste momento o “Conselho de Redação é provisório: o efetivo deverá ser eleito pelos colaboradores e por toda a redação que ainda não está completamente constituída” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.5).

Outra função que deveria ser exercida pelo C.R. é a possível restituição do cargo de editor caso necessário. Para isso deveria ser convocada uma reunião extraordinária por, pelo menos, 2/3 dos seus membros.

A escolha de Raimundo Pereira para editor de *Movimento* foi unânime entre a comissão que organizava os primeiros passos do jornal. Porém, haviam divergências sobre como se deveria se dar a função de editor e, principalmente, quanto aos poderes que este poderia ganhar dentro do jornal dos jornalistas.

“Como se vê, havia uma unanimidade extraordinária dentro da equipe. Ela permitia confiar a uma pessoa que por um tempo determinado, já que o editor é eleito – uma soma incrível de poderes. Porém, num

ponto havia discordância clara: um grupo queria que o editor não pudesse ler as matérias das várias editorias antes de elas serem publicadas, cada editor deveria poder editar livremente a sua seção à posteriori diante do editor. Outro grupo achava que o jornal deveria ser mais centralizado: o editor deveria poder ler e vetar, se julgasse necessário, as matérias dos vários editores da seção antes de elas serem publicadas.” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.6).

Caso o editor geral viesse a cometer abusos, o C.R. poderia destituí-lo do cargo. A maneira centralizada foi a mais votada pela Comissão, mas ganhou com uma margem bem apertada: “o grupo que achava necessário um jornal mais centralizado teve sete dos treze votos presentes à reunião. Entre os seis que votaram contra a proposta cinco resolveram se afastar da comissão embora continuando a colaborar com o jornal” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.6).

Esta primeira comissão, composta inicialmente por 16 pessoas, passou a ter 11 com a saída dos outros 5, descontentes com o papel centralizador dado ao editor. São estes 11 que comporão por um tempo o próprio C.R de *Movimento*. Com os conselhos devidamente montados, votado e eleito o editor geral, aprovado um conjunto de regras para o fundamento interno do jornal, depois de ampliar discussões, agora era preciso se erguer matematicamente como jornal:

“No dia 10 de março [NCS: de 1975], uma equipe de 4 integrantes do conselho dos onze estava diante de uma questão pouco metafísica: como arrumar um milhão de cruzeiros, o capital inicial que se avaliou necessário para fazer o jornal que a equipe queria?” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.6).

A equipe passou a visitar, primeiramente, as redações de outros jornais e revistas na tentativa de vender as ações do jornal. Não ter um único proprietário e dividir a propriedade jurídica em ações era uma forma de garantir a independência naquele jornal.

“De dezenas de reuniões feitas em redações com grupos de professores, médicos, engenheiros, empresários, em São Paulo, Rio, Belo Horizonte e algumas outras cidades, o capital de Edição S/A – a sociedade anônima que a redação criou para fazer o jornal – começou a surgir. No final de maio [em 1975] Edição tinha 160 acionistas, metade deles sendo jornalistas, e 70 mil cruzeiros, entre dinheiro e promissórias assinadas.” (MOVIMENTO. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.6).

Em julho de 1975, mês e ano das primeiras mobilizações de *Movimento*, a redação já contava com 70 pessoas, o C. E, manteve seus nove integrantes e já havia, pelo menos, 200 acionistas na *Edição S/A*.

Para a captação de recursos do jornal eram também utilizados espaços para anunciantes no periódico. Os anúncios ocupavam sempre espaço pequeno no jornal. Esta não era, definitivamente, uma forma eficaz de se manter financeiramente para *Movimento*. Nos poucos anúncios observados – geralmente dispostos apenas nas últimas páginas do jornal – reparamos que os anunciantes eram, quase sempre, revistas e jornais alternativos, editoras, rádios e companhias de teatro. Observamos também a utilização desses espaços pelo próprio jornal *Movimento*, no sentido de divulgar e fazer campanha para angariar mais assinaturas, com os dizeres garrafais em fundo preto “Assine *Movimento*” (MOVIMENTO. Anúncio. *Movimento*, de 8 de maio de 1978, p.5).

A independência financeira reflete na independência intelectual, como segue:

[NCS: O leitor] “Não verá o seu órgão de informação se converter num instrumento de poder econômico em detrimento da informação, porque a propriedade do jornal estará diluída entre muitas pessoas, sem um proprietário hegemônico. Significa que muitos jornalistas poderão obter em troca de suas colaborações algo que nem sempre obtém em seu emprego: o direito de defender suas próprias ideias.” (MOVIMENTO. Por uma imprensa independente; Três observações. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.7).

Outra questão que reincide sobre a independência intelectual das publicações jornalísticas é o poder dos anunciantes. Grande parte da receita das empresas jornalísticas provém dos seus anunciantes e esta dependência geralmente fere a liberdade de certas publicações. Por isso, os jornalistas de *Movimento* decidiram por aceitar publicidade desde que sua independência intelectual não fosse atacada. Aceitavam os anúncios, porém não tinham como meta depender da publicidade para engordar sua receita.

“Até agora, só uma solução tem se revelado eficaz para evitar essa pressão econômica: não depender da publicidade e renunciar alguns gastos que a publicidade farta proporciona. Isto talvez signifique papel de qualidade inferior, sem fotos coloridas, mas a experiência tem mostrado que a análise e a cobertura dos fatos não se alteram, até pelo contrário, só se beneficia em termos de independência política e econômica.” (MOVIMENTO. Por uma imprensa independente; Três observações. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.7).

O ano de 1977 foi marcado pelo conhecido “racha”, neste episódio, 38 membros de *Movimento* se retiraram do jornal de frente. Uma longa reunião com grande participação dos colaboradores, acionistas, redatores e conselheiros em geral marcou esta saída da dissidência. Duas propostas foram colocadas para voto: a primeira, vinda da diretoria e anunciada por Raimundo Pereira, dizia da importância do jornal se reafirmar como frente democrática e popular na luta contra o regime militar, considerando o mais amplo espectro de bandeiras progressistas e opositoristas possível. A segunda proposta, vinda dos dissidentes, colocava como centro a democracia interna e pedia por uma revisão na linha editorial do jornal que não contemplasse tantas bandeiras.

A votação favoreceu a proposta da diretoria e, por isso, os dissidentes romperam com o jornal. Os problemas quanto a linha editorial e o programa de *Movimento* continuaram mesmo com a saída da dissidência. Apenas alguns anos depois que estes membros se desligariam de uma vez por todas através de uma carta que fora publicada³.

O conselheiro Luiz Bernardes, chefe da sucursal de Belo Horizonte, antes do pedido de demissão coletivo realizado por carta, escreveria uma espécie de carta aberta para ser publicada em *Movimento*:

“A adoção de uma conduta editorial que colocou o jornal em choque frontal com o curso dos acontecimentos no país e com as necessidades da oposição democrática, nacional e popular. Uma conduta, no geral atrasada em relação à conjuntura, as vezes estreita no trato de questões imediatas da oposição. E principalmente de menosprezo do movimento popular. [...] A linha do jornal neste quadro não teve o sentido geral de se pôr a serviço do fim do regime e do avanço do movimento democrático-popular. Nem de se pôr a serviço da inviabilização e desmascaramento das propostas de auto-substituição do regime, nem a serviço das alternativas radicais de seu fim, particularmente das de cunho popular. Em consequência, não teve o sentido geral de combate às tendências conciliadoras no seio da oposição.” (MOVIMENTO. Movimento traiu seu projeto. *Movimento*, n.262, de 7 a 13 de julho de 1980, p.21).

Bernardes, em sua crítica, voltava ao debate de 1977 e não media esforços para caracterizar *Movimento* como um jornal elitista, sectário, sem democracia interna e que abandonara sua condição de frente democrática e popular. A crítica não é descabida. Porém, o que se observa é um descompasso quanto a caracterização da linha do jornal e a própria noção de frente democrática e popular. As acusações de Bernardes tem algum

³ MOVIMENTO. Cartas Abertas. *Movimento*, n.288, p.20.

fundamento, mas este se debate justamente com a concepção de frente democrático-popular, reivindicada desde o início pelo jornal. Portanto, o jornal não parece ter traído seu programa político, pois continuava a atuar tal qual frente democrática e popular.

O que Bernardes queria realmente afirmar é que o jornal se tornara uma “guarda para dissidentes do PCdoB” (MOVIMENTO. Movimento traiu seu projeto. *Movimento*, n.262, de 7 a 13 de julho de 1980, p.22). Isto o transformaria em um jornal do partido, o que feriria sua condição de frente. Obviamente a diretoria, os conselheiros e a redação discordaram de Luiz Bernardes e o responderam em outra edição:

“[...] a atual equipe de Movimento este cada vez mais convencida de que o rumo que segue é exatamente aquele apontado pela proposta vencedora na Convenção: Movimento baseia-se na realidade objetiva, opõe-se ao regime militar, leva em conta suas modificações reais nos últimos tempos, publica todas as opiniões relevantes, é um jornal de frente, defende os interesses democráticos e populares e está ao lado do movimento popular nesta sua fase de ascenso.” (MOVIMENTO. Resposta da direção de Movimento aos que se afastam. *Movimento*, n.288, de 12 a 18 de janeiro de 1981, p.20).

A convenção citada no trecho é a Convenção Nacional do jornal que fora feita justamente para discutir seu programa e linha editorial. A proposta vencedora, novamente, fora a de Raimundo Pereira, com a maioria esmagadora de votos, reafirmava o programa do jornal como frente democrático-popular. A proposta de mudança vencida foi levantada por Luiz Bernardes e obteve apenas 3 votos. Depois da convenção, um documento que apresentava de forma mais clara o programa político de *Movimento* foi redigido. Este documento foi publicado na última página da última edição do jornal. Assim segue,

“Reafirmando e atualizando essa orientação político-editorial, deixamos claro que, para nós, *Movimento* deve continuar sendo, como sempre, um **jornal de frente**, sem vinculação partidária, que tem como aspecto principal o combate ao regime ditatorial-militar e a defesa de programa democratizador de acordo com os interesses populares; mas que tem também, como aspecto subordinado, o debate das posições divergentes no seio do movimento democrático e popular com o sentido de contribuir para a superação de suas debilidades. Não entendemos, portanto, que um **jornal de frente** deva tratar apenas questões consensuais. Lutamos por um jornal que: 1º) apresente, analise e comente os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais do país e do mundo; 2º) defenda as posições unitárias do movimento democrático e popular; e 3º) divulgue todas as opiniões, democráticas e populares relevantes sobre os temas em debate. Assim deve ser, em nossa opinião, um jornal democrático-popular, independente e pluralista.” (MOVIMENTO. Nosso Programa.

Movimento, n.334, de 23 a 29 de novembro de 1981, p.24, **Grifos do Autor**).

Além disso, o programa trazia as questões já suscitadas na edição preliminar, como “apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana”, “descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira” e “acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas”.

Ao que tudo indica, *Movimento* cumpriu sempre com seu programa. A análise da edição preliminar e da última edição de *Movimento* permitiu um panorama na sua forma organizativa e trouxe aos olhos também algumas de suas concepções políticas e jornalísticas. As análises que seguem tendem não só a mostrar a visão deste jornal, aqui tratado como *intelectual coletivo*, como também a desvendar parte importante da história das esquerdas brasileiras na transição política entre o regime militar e o denominado regime democrático representativo, entendido, no aspecto de caracterização conceitual, enquanto autocracia burguesa.

Como já mencionado diversas vezes, eram várias as tendências e organizações políticas que conviviam em *Movimento*, sendo algumas delas: Polop, PCB, Ação Popular, PCdoB, Remanescentes da Guerrilha Urbana, ALN, Colina, setores da Igreja Católica que simpatizavam com a Teologia da Libertação (Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais), além de jornalistas sem vinculação partidária e outros setores populares independentes que tinham naquele jornal sua forma de militância. Também participavam um grupo do MDB chamado de “autênticos do MDB”. O grupo de tendência trotskista que anteriormente formava o jornal alternativo *Centelha*, de Belo Horizonte, era majoritário na sucursal mineira.

As divergências políticas estavam aumentando e um grupo de oposição à diretoria se formou fora dos domínios do jornal. Bernardo Kucinski – jornalista que também trabalhara em *Opinião* e, desde o começo, em *Movimento* – passou a mostrar sua insatisfação quanto a postura autoritária da diretoria e do editor-chefe, Raimundo Pereira, e também apontava para uma divergência quanto aos conteúdos expostos na seção *Ensaio Populares*. Tal seção tinha cunho editorial para o jornal, portanto, exprimia o posicionamento do jornal como um todo. Para Kucinski tal seção estava seguindo os rumos do PCdoB e, dentre diversos motivos para discordar de tal posição

do jornal, não consentia com o “aliancismo” que pregava o PCdoB na sua *tese etapista de revolução*⁴.

O grupo mineiro *Centelha* concordava com Kucinski sobre a relação de *Movimento* com o PCdoB, mas era a proximidade com o stalinismo deste partido que repelia ainda mais o grupo de Minas. A briga entre trotskistas e stalinistas já era conhecida de longa data na Europa, porém viria a estourar aqui nos anos 1970. Os militantes de Belo Horizonte tinham como objetivo alcançar uma parcela maior do poder dentro do jornal, ou seja, disputar com o PCdoB a sua hegemonia política.

Em abril de 1977, uma convenção iria mudar a história de *Movimento*. As discordâncias aumentavam entre as competências políticas e entre algumas lideranças do jornal. Tal convenção vinha no sentido de discutir os problemas e tentar resolvê-los. As propostas eram duas: i) a proposta da diretoria, feita por Raimundo Pereira, trazia a necessidade de se manter intocada a linha geral de oposição ao regime que buscasse o maior número de bandeiras viável e que, por isso, pudesse interessar ao maior número de pessoas possível; e ii) a proposta da oposição, delimitada em reunião na casa de Bernardo Kucinski pelos opositoristas paulistas, pelos mineiros trotskistas de *Centelha* e por alguns integrantes da sucursal de Salvador: propunham uma reparação na unilateralidade da linha de *Movimento* e uma maior democracia interna.

A proposta da diretoria ganhou a votação. Bernardo Kucinski e o intelectual Francisco de Oliveira (Chico de Oliveira) tinham para si uma proposta de ruptura com o *Movimento*. O grupo de Salvador e o grupo mineiro, primeiramente, queriam maior espaço participativo e decisório no jornal, mas depois aderiram ao racha. O racha de abril de 1977 marcou várias mudanças para *Movimento*, e, também, o começo de uma nova frente-jornalística: o jornal *Em tempo*. Mais tarde esse jornal também fora acusado de ser antidemocrático, pois teria se tornado um porta-voz imediato das tendências trotskistas.

A divergência entre trotskistas (*Centelha*) e stalinistas (principalmente, PCdoB e APML) foi, então, o pano de fundo para o “racha de 1977”.

No livro *Jornalistas e Revolucionários* (2011), o dissidente Bernardo Kucinski aborda a questão da imprensa alternativa e reserva largas críticas ao jornal *Movimento*.

⁴ Não só PCdoB, como também o PCB, por muito tempo, levaram como norte um teoria da revolução sem base material, objetiva e científica para o Brasil. Sobre este assunto, Caio Prado Jr discute os erros práticos e políticos advindos de tal deformação, no segundo capítulo de *A Revolução Brasileira*. (PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.29-75).

Kucinski alega que “em *Movimento* teceu-se uma complexa teia de relações secretas com várias instâncias do PCdoB, incluindo o recebimento regular de diretivas do comitê central” (KUCINSKI, 2001, p.9). A leitura hegemônica deste trecho, não raro, se traduz em uma forma reduzida de pensar a questão: o PCdoB controlava *Movimento*.

Baseados no livro recém-publicado *Jornal Movimento: uma reportagem*⁵, podemos encontrar outra visão dos fatos. Editado por *Manifesto Editora*, de Raimundo Pereira, pode-se supor que esta seja a “versão oficial” da história de *Movimento*. Porém, o livro foi desenvolvido através de uma pesquisa que levantou atas de reuniões; as edições de *Movimento*; entrevistas com vários militantes e intelectuais da época (inclusive Bernardo Kucinski). Temos agora, portanto, que tentar desvendar se a relação de *Movimento* com o PCdoB era tão estreita, e se não teríamos que nos aproximar do texto de Kucinski de maneira diferente – sem reduções ou mecanicismos.

Por partes: existiam de fato participações e colaborações de militantes do PCdoB, que estava na clandestinidade, no jornal *Movimento*. O próprio Carlos Azevedo, autor do livro *Jornal Movimento: uma reportagem*, foi militante da Ação Popular e depois do partido.

O PCdoB via em *Movimento* uma oportunidade de reorganização do partido que estava na ilegalidade, boa parte de seu comitê central estava na prisão ou no exílio. *Movimento* fora um primeiro momento de reaproximação desses militantes que estavam espalhados e escondidos pelo Brasil. Porém, o PCdoB planejava criar um jornal próprio que pudesse reorientar e rearticular sua militância. Para isso, criaram a *Tribuna da Luta Operária* que tinha como foco um público mais proletário e seria o jornal do partido, não um jornal de frente ampla como *Movimento*. Ao PCdoB também não interessava, portanto, controlar o jornal de frente.

A própria estrutura de decisão de *Movimento*, podia não funcionar perfeitamente, mas garantia uma grande participação de todas as frentes que compunham o jornal. Ficaria difícil colocar em termos de “aparelhamento”, puro e simples, da frente-jornalística pelo Partido Comunista do Brasil. Seria como dizer que todos aqueles jornalistas, funcionários, acionistas eram muito ingênuos e que o PCdoB, completamente desarticulado e aniquilado pelo regime militar, conseguira enganá-los, impondo a eles suas diretivas.

⁵AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.

O que mais incomodou Bernardo Kucinski fora a seção *Ensaio Populares*. E, nesta questão específica o dissidente tinha razão. A seção era editorial e, geralmente trazia textos dos clandestinos Duarte Pacheco e Carlos Azevedo – que, obviamente, não podiam assinar seus escritos, pelo menos até serem anistiados, em 1979 – e, ali, acabavam por aproximar o editorial do jornal com as ideias do PCdoB. Raimundo Pereira também escrevia os *Ensaio Populares* e, apesar de não ser militante do PCdoB, por vezes se mostrou simpático às teses do partido. Dissidentes de *Movimento*, em geral, paulistas, mineiros e baianos estariam desconfortáveis com a questão editorial, pois não queriam um alinhamento com o PCdoB stalinista, mas também não queriam uma frente ampla que, democraticamente ou não, se dedicasse ao máximo de bandeiras possíveis e ao máximo de público. Concepções aliancistas, por exemplo, não passariam. Estes dissidentes que romperam com *Movimento* e criaram *Em tempo* ganharam o nome de “nova esquerda brasileira”.

Em fins da década de 1970, principalmente depois do fim da censura (1978), do AI-5 (1978) e da anistia (1979), podemos observar um fervoroso e crescente cenário político da esquerda: i) frentes-jornalísticas; ii) movimento operário e onda de greves, a partir de 1978; iii) novos partidos, iv) ocupações de terra.

Todas as tendências de esquerda estavam atuando, muitas vezes simultaneamente, nestas três formas de organização. As frentes-jornalísticas foram um primeiro momento de rearticulação das esquerdas, mas, de certo modo, tinham uma orientação virada particularmente para o combate à ditadura militar, e, neste sentido, cumpriram papel relevante. O movimento operário criou uma onda de greves Brasil afora que alcançou ganhos políticos imensuráveis, mas ainda estava muito ligado a luta econômico-corporativa e precisava unificar suas reivindicações.

Os novos partidos políticos seriam uma forma mais consciente de organização. Ficaremos aqui com os exemplos do Partido dos Trabalhadores (PT) e com a volta do trabalhismo, representada na figura de Leonel Brizola, com a nova sigla PDT (Partido Democrático Trabalhista).

O *Movimento Custo de Vida (MCV)*, a priori organizado no Clube das Mães em São Paulo, nos grupos de educação popular e nos movimentos de bairros da periferia de grandes cidades, alcançou proporções nacionais e também envolveu a militância

articulada nos jornais-frente e no movimento operário. *Movimento* acompanhou e apoiou o MCV.

Toda a agitação dos movimentos populares de 1975 a 1978 iriam ao encontro das greves dos operários que começaram em São Bernardo do Campo e se espalharam do ABC paulista, São Paulo Capital, Osasco, Guarulhos para todo território nacional, reunindo várias cidades e várias categorias. Criam-se as bases aí para o que se convencionou chamar de “novo sindicalismo”.

A atuação do “novo sindicalismo” buscava resgatar o papel do sindicato a serviço dos trabalhadores, mais combativo, negava a herança sindicalista ligada ao Estado que fora criada por Getúlio Vargas, em 1930. De 1978 até o fim da ditadura, as lutas sindicais se elevaram, fundamentadas numa democracia que vinha da base – “na dinâmica de seu principal e decisivo fundamento para a democracia: a massa trabalhadora” (CHASIN, 2000, p.81) – se elevaram, portanto, de um nível de consciência mais imediato (luta econômico-corporativa) e necessário, digamos, elementar para uma forma mais elaborada de consciência de classe que prescindia de uma maior, ou mais qualificada, organização.

Assim, em 1979, uma boa notícia: “O Congresso aprovou a nova lei que extinguiu o bipartidarismo e dava um prazo de 18 meses para a formação de novos partidos” (HABERT, 1994, p.67). Para além da recomposição de alguns antigos partidos, foram criados o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, ex-MDB); o Partido Democrático Social (PDS) de José Sarney, ex-Arena; e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) com Leonel Brizola à frente. Brizola tentara reaver a sigla do seu antigo PTB, mas não conseguiu vencer Ivete Vargas que ficou com a sigla e retomou o partido.

Mesmo agora com o PDT, Brizola representava o retorno do trabalhismo ao Brasil. O herdeiro de Vargas e Goulart causava, então, arrepios aos militares mais conservadores. Mais também não agradava aos militantes do movimento operário, do “novo sindicalismo”, da “nova esquerda” e de vários outros setores da esquerda. O trabalhismo foi constantemente criticado nas páginas de *Movimento* e de *Em tempo*: como assinala Michelle Macedo, “assim como *Em tempo*, *Movimento* defendeu a ideia de que o projeto trabalhista de Brizola não cabia naquela conjuntura de avanço dos valores democráticos” (MACEDO, 2012, p.176).

As esquerdas combatiam naquele momento, não só a ditadura militar, mas também combatiam o atrasado e “ultrapassado” trabalhismo. Além do mais, a “nova esquerda” se propunha também a combater as velhas teses etapistas e aliancistas sobre a revolução que tinham como porta-vozes os antigos PCB e PCdoB. Portanto, dentro da esquerda revolucionária, vamos colocar assim, havia também uma luta de hegemonias para definir quais seriam as organizações ou partidos políticos que estavam do lado das massas trabalhadoras e dos setores populares, em geral. As rupturas e dissidências de *Movimento* mostram, em último plano, esta luta de hegemonias entre as esquerdas.

Além do retorno do trabalhismo, outro movimento que crescia e tomava corpo a partir das massas trabalhadoras era o “movimento pró-PT”. Estavam ali interessados nesse novo partido, principalmente, os trabalhadores e lideranças do movimento operário e do “novo sindicalismo” e os setores progressistas da igreja católica, que tiveram um papel decisivo na formação das bases do PT por meio das pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). O PCB e o PCdoB, ainda na clandestinidade (até 1985), não aderiram à proposta do PT, pois se consideravam como verdadeiros socialistas. Para estes partidos, o partido dos trabalhadores já existia e a criação do PT iria apenas dividir/dispersar a esquerda. A condição de clandestinos levou estes dois partidos a um afastamento dos movimentos populares e movimento operário, perdendo assim o vínculo com as massas.

Segundo Azevedo:

“Movimento noticiou que, naqueles mesmos dias, uma articulação coordenada por Aurélio Peres, militante do PCdoB e deputado federal pelo MDB-SP, que viria se chamar *Tendência Popular do MDB*, reunia cerca de 20 deputados autênticos e lideranças populares (duas por estado) para formar o que chamavam de Partido Popular, pretendendo um partido mais à esquerda e mais coeso que o MDB. Seria o tal partido de frente para levar o processo de democratização até o seu final.” (AZEVEDO, 2011, p.274).

Nesta fase é que a aproximação com os posicionamentos do PCdoB é mais evidente em *Movimento*. Isso se traduz, basicamente, pela ênfase nas notícias sobre o grupo autêntico do MDB e a formação da *Tendência Popular*, mas, principalmente, pela desconfiança em relação ao movimento operário, ao movimento pró-PT e à criação do próprio PT. Porém, como ressalta M. Macedo, “a partir do momento em que *Movimento* percebeu a importância política do movimento operário naquele contexto de abertura, a questão da autonomia das organizações dos trabalhadores passou a ser discutida com

mais frequência em suas páginas” (MACEDO, 2012, p.123). A desconfiança com o PT ainda se manteve e suas matérias iam no sentido de discutir a posição de seus líderes, como Luiz Inácio da Silva (Lula), em relação ao comunismo e também a proximidade com a igreja católica.

A proposta da *Tendência Popular* fracassou e, exceto PCB e PCdoB, boa parte da militância e intelectualidade da esquerda migrou para a construção do Partido dos Trabalhadores. O PT se formou em 1980, constituído por várias tendências da esquerda e conseguiu o apoio de uma base ampla das massas trabalhadoras, via Pastorais e CEBs. Teria se formado ali o primeiro partido de massas no Brasil.

O jornal *Movimento* foi a guarida para as mais diversas organizações de esquerda no período da abertura. Permitiu, segundo sua forma de operar, através de longos debates internos e gestão colegiada do periódico, a articulação e a atuação desses militantes na legalidade.

Conforme o papel que cumprem os jornais como “partido” (GRAMSCI, 2011, p.350), e transpondo tal teoria para a realidade das frentes-jornalísticas, podemos atestar que estas surgiram segundo uma necessidade histórica e – na ausência de “partidos organizados e centralizados” (GRAMSCI, 2010, p.218) de esquerda na conjuntura específica da ditadura – mantiveram organizadas as correntes da esquerda que não poderiam se articular legalmente.

Considerações finais

Movimento teria seu fim em 23 de novembro de 1981, data de sua edição nº 334, por vários motivos: finanças, vendagens em baixa e os ataques terroristas da direita conservadora que estaria infeliz com o possível fim da ditadura militar, como se pôde comprovar pelo seguinte artigo de *Movimento*:

“Se alguém ainda tinha dúvidas, a direita se encarregou de deixar tudo bem claro na semana passada: é ele quem sempre toma a iniciativa de deflagrar a violência. Um balanço das atividades terroristas no Brasil a partir de 1968 revela uma correlação inequívoca com os órgãos de segurança, correlação que fica completamente nítida na escalada de atentados cometidos nas últimas semanas. Basta notar que os atentados praticamente desaparecem no período em que os órgãos de repressão assumem abertamente a atuação terrorista, especialmente a

partir de 1970. As prisões irregulares, ilegais, os sequestros, torturas e assassinatos de políticos ocorrem principalmente nesse período, não havendo distinção da ação de grupos paramilitares e a repressão institucional. Quando o Estado assume a forma abertamente terrorista, como nessa época, os grupos paramilitares se tornam desnecessários, ou são absorvidos na rede oficial da repressão. Assim que começa prevalecer a linha Geisel de institucionalização e controle da repressão, depois da demissão do comandante do II Exército, Ednardo D'Avilla, que perdera o controle do DOI-CODI sob sua jurisdição, a extrema direita parece se tornar clandestina dentro da ação semiclandestina dos DOI-CODI. A partir da demissão de Ednardo, os funcionários do DOI-CODI parecem ter sido colocados em função burocratizada de sistematizar toda a informação colhida em interrogatórios violentos do período anterior. Quando, a partir de 1976, a ação policial se torna mais delicada e certas práticas se tornam problemáticas, há a volta à semiclandestinidade da direita violenta.” (CARVALHO, Flávio; DIAS, Lia. A Direita Clandestina Ataca. *Movimento*, de 21 a 27 de julho de 1980, p.12).

Porém, a razão maior do fechamento do jornal nos é contada por Azevedo:

“Aquele momento, porém, trazia novos desafios para o jornal Movimento. Seu futuro estava imbricado com a reorganização partidária. Na medida que as diversas tendências políticas iam encontrando espaço para se apresentar com a sua fisionomia perante a sociedade, tinham como prioridade centrar seus esforços na própria organização. Menos espaços e recursos humanos e materiais iam restando para Movimento e para os outros jornais semelhantes, de frente. O PCdoB lançou seu próprio jornal legal, o Tribuna da Luta Operária, em outubro de 1979. Pela mesma época, o PCB lançava o jornal A Voz da Unidade. O MR-8 lançou o Hora do Povo. É sintomático que entre 1979 e 1980 a maior parte dos jornais alternativos, de frente, que se encontravam as dezenas, deixou de existir.” (AZEVEDO, 2011, p.281).

Discordamos aqui do fatalismo de Bernardo Kucinski ao dizer que este período, de 1978 a 1981, marca o “fim do ciclo alternativo”⁶ na imprensa brasileira. Este período deve ser sinalizado como o fim das frentes-jornalísticas (*Movimento*, *Em tempo*, *Versus*), mas as publicações alternativas continuaram a existir e existem até hoje.

Referências

AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte: Editora Manifesto, 2011.

CARVALHO, Flávio; DIAS, Lia. A Direita Clandestina Ataca. *Movimento*, de 21 a 27 de julho de 1980, p.12.

⁶ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Edusp, 2001, p.94.

CHASIN, José. *A Miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André, SP: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

DIAS, Rodrigo. *Imprensa Revolucionária dos Anos Oitenta: os intelectuais e suas formulações sobre a revolução brasileira*. 2011. 275f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Orgs.). *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HABERT, Nadine. *A Década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1994.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Edusp, 2001.

MACEDO, Michelle Reis. *Recusa do Passado, disputa do presente – Esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira*. 2012. 184f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MOVIMENTO. Anúncio. *Movimento*, de 8 de maio de 1978, p.5.

_____. “Movimento morreu. Viva Movimento!”. *Movimento*, de 23 a 30 de novembro de 1981, p.3.

_____. Movimento traiu seu projeto. *Movimento*, n.262, de 7 a 13 de julho de 1980, p.21.

_____. Nasce um jornal. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.4-6.

_____. Nosso Programa. *Movimento*, n.334, de 23 a 29 de novembro de 1981, p.24.

_____. Por uma imprensa independente; Três observações. *Movimento*, n.0, 7 de julho de 1975, p.7.

_____. Resposta da direção de Movimento aos que se afastam. *Movimento*, n.288, de 12 a 18 de janeiro de 1981, p.20.

PRADO JR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.